

Ordem de Serviço
E
Escalas de Trabalho



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DFTRANS – TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA OPERACIONAL



ORDEM DE SERVIÇO – OS 003/2013

Data de Expedição: 30/05/2013

Horário:

Mês

Nome: PAULO HENRIQUE TORRES FERRO

Matrícula: 41.970-2

NAF: NAF 1 Terminal: Rodoviária do Plano Piloto

Escala de Trabalho: Anexo

Documento elaborado com observação às legislações: Lei 2.706/2001, Lei 2.890/2002, 3.106/2002 e alterações vigentes.

Item	Itens a Fiscalizar
1	Não realizar viagem determinada pelo DFTRANS (furo de viagem).
2	Apresentar documentação adulterada, ou prestar informações inconsistentes e/ou falsas ao DFTRANS.
3	Colocar em operação veículo que tenha sido retido, recolhido, apreendido, requisitado para vistoria, ou que não tenha sido reapresentado após defeito detectado na vistoria.
4	Deixar de encaminhar veículo para perícia, quando solicitado ou determinado pelo DFTRANS.
5	Deixar de utilizar ou não providenciar, a substituição ou reparo do equipamento de controle de operação, avariado ou com defeito, no prazo estabelecido pelo DFTRANS.
6	Permitir que se instale, junto aos serviços sob sua responsabilidade, a situação de "lockout", ou interromper, parcial ou totalmente a operação do(s) serviço(s) por prazo superior ao estabelecido pelo DFTRANS.
7	Não manter em circulação o número de veículos previamente estabelecidos pelo DFTRANS, para a linha.
8	Não preencher as condições de segurança, estabelecidas pelos regulamentos dos serviços do STPC/DF ou pelas demais normas vigentes, não itemizadas neste Código.
9	Não prestar serviço em rota ou horário especial, segundo especificação estabelecida pelo DFTRANS.
10	Operar em itinerário, área ou linha não autorizados pelo DFTRANS.
11	Operar com frota diferenciada da especificada no termo de permissão, concessão e/ou autorização.
12	Descumprir o estabelecido na Planilha Tarifária, nos termos dos itens considerados na composição dos custos.
13	Veículos em operação sem o validador quando obrigatório.
14	Veículos em operação com dados divergentes ou incorretos inseridos no validador.
15	Operar com ausência de Selo de Vistoria ou com este vencido ou adulterado
16	Operar com defeito que implique risco para a segurança do passageiro ou do trânsito
17	Utilizar pneu que resulte risco para a segurança do passageiro ou de terceiro
18	Não observar horário determinado pelo DFTRANS (furo de horário)

As irregularidades por ventura encontradas deverão ser registradas na guia de Notificação de Irregularidades – NI, com prazo de 48 horas para regularização e posterior encaminhamento à Gerência de Vistoria para fins de liberação.





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DFTRANS – TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA OPERACIONAL



Na hipótese de operação com defeito que implique em risco para a segurança do passageiro ou do trânsito, eventual necessidade de apreensão, retenção do veículo ou retirada de operação deverá ser previamente autorizada pelo Diretor Operacional, ou em sua ausência pelo Gerente de Fiscalização.

Esclarecemos que esta diretoria exercerá a conferência diretamente nos postos designados e o não cumprimento da presente instrução, acarretará em aplicação de sanções disciplinares cabíveis.

Atenciosamente,

JOSÉ RENATO DUARTE SANTOS

Diretor Operacional
Matrícula 264.923-3

ESCALA MENSAL - RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO - JUNHO

[illegible]

[illegible]

ESCALA MENSAL - TERMINAL DO RECANTO DAS EMAS - JUNHO

[illegible]

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR OPERACIONAL DO TRANSPORTE
URBANO DO DISTRITO FEDERAL**

A Associação dos Auditores Fiscais de Transportes do Distrito Federal – ASSEFIT, CNPJ 08.262.218/0001-26, vem, por meio de seu Presidente infra-assinado, à ilustre presença de Vossa Senhoria, na qualidade de representante dos Auditores Fiscais de Atividades Urbanas, Área de Especialização Transportes, associados, solicitar a revisão do procedimento adotado para a emissão e repasse das ordens de serviço e escalas aos integrantes da Carreira de Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal, iniciado a partir das vinte horas do dia 24 do corrente mês, pelas razões a seguir expostas.

DOS FATOS

Cumpre, inicialmente, relembrar que no dia 20/05/2013, às dez horas, atendendo à convocação de Vossa Senhoria, compareceram à sala de reunião dessa Diretoria Operacional do DFTrans os Auditores Fiscais que estavam responsáveis pelo desenvolvimento das atividades de planejamento e controle de ações e do serviço externo de direcionamento, acompanhamento e verificação da execução das atividades externas, até 07/05/2013, quando foram exonerados dos cargos em comissão que ocupavam, ao argumento de que não estavam desenvolvendo atividades em conformidade com as decisões tomadas pela Direção da Entidade, razão pela qual retornaram as suas atividades exclusivamente externas, juntamente com toda a equipe que auxiliava na execução da sistemática desenvolvida e implantada pelos chefes dos setores.

Tal fato se deu para deixar a atual chefia livre para escolher seus colaboradores e a forma de direcionamento dos trabalhos, desde que não viesse a malferir direitos e garantias dos servidores da Carreira de Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito

03 Jul 2013
010216/2013

Federal. Área de Especialização Transportes, ou dos usuários dos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal.

Na reunião, que teve a participação dessa Diretoria Operacional, dos Auditores Fiscais convocados, dos representantes do Sindicato dos Servidores Integrantes da Carreira de Fiscalização do Distrito Federal – SINDAFIS e desta Associação, além do Gerente de Fiscalização respondendo, foi passada, por este, uma lista de nomes dos integrantes da Carreira, com os endereços, telefones e *e-mails* pessoais, para que fosse atualizada, bem como a promessa de adoção de providências no sentido de criar ou possibilitar o acesso aos *e-mails* funcionais já criados, problema detectado de longa data, sem resolução até o presente momento.

Além disso, foi firmado o compromisso por essa Diretoria Operacional, perante os participantes da reunião, de que iriam participar da elaboração das ordens de serviço os dois representantes do SINDAFIS, levando-se em consideração que são integrantes da Especialidade e detêm conhecimento técnico necessário para auxiliar nessa função.

Não é demais lembrar que essa Diretoria Operacional tomou conhecimento, nessa reunião, da existência do processo em que foi encaminhada a Programação de Auditoria Fiscal para o trimestre abril/junho (Processo nº 0098-002.073/2013 – DFTrans) - cuja aprovação passou a ser de sua competência com a publicação da Resolução nº 02/2013 da Diretoria Colegiada, no DODF de 09/05/2013 -, e afirmou sua intenção de inteirar-se de seu conteúdo e dar o devido encaminhamento.

Contudo, para a surpresa de toda a Especialidade, a partir das vinte horas da penúltima sexta-feira (24/05/2013), alguns integrantes da Carreira foram convocados por meio de *e-mails* particulares, telefonemas ou mensagens de voz deixadas no celular particular, para receber ordens de serviço e executar atividades relacionadas ao evento que iria ocorrer no domingo, dia 26/05/2013, no Estádio Nacional Mané Garrincha.

Cabe ressaltar que se tratava de evento programado há muito tempo e de conhecimento desta Entidade, por isso mesmo não comportava nenhuma convocação emergencial para acudir a situação excepcional. Tal fato poderia ter sido discutido e decidido na própria reunião em referência, ou posteriormente, caso assim fosse decidido por essa Diretoria Operacional, antes, porém, do encerramento das atividades dos Auditores Fiscais, com utilização dos meios adequados de convocação, em tempo hábil, para seu cumprimento. Contudo, a convocação sequer foi vista pelos Auditores Fiscais destinatários da ordem, já que ninguém espera receber determinação em seu *e-mail* ou telefone particular depois de encerrado o expediente, numa sexta-feira.

Em seguida, no dia 29/05/2013, foi publicada no DODF nº 110, a Instrução nº 123, de 27/05/2013, com o seguinte teor:

INSTRUÇÃO Nº 123, DE 27 DE MAIO DE 2013.

O DIRETOR-GERAL DO TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial o artigo 7º, do Regimento Interno desta Autarquia, aprovado pelo Decreto nº 27.660, de 24 de janeiro de 2007, considerando a natureza essencial e ininterrupta da prestação de serviço público coletivo no âmbito do STPC/DF e tendo em vista a necessidade de se regulamentar critérios para a execução de escala de revezamento pelos servidores em exercício na Autarquia Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans. RESOLVE:

Art. 1º Determinar o funcionamento ininterrupto das atividades relativas à gestão, monitoramento e fiscalização do Transporte Público Coletivo Urbano, de modo a impedir a solução de continuidade nos termos do artigo 341, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Art. 2º Para os servidores em exercício na DFTrans poderá ser autorizada ou determinada escala de revezamento, em regime de plantão, para execução de serviços de natureza ininterrupta, quando no desempenho das suas atividades, nos termos e condições previstos nesta Instrução.

§ 1º A escala de revezamento de que trata o caput deste artigo, para os servidores que laboram sob regime de trabalho de quarenta horas semanais será de oito horas diárias efetivamente laboradas, com intervalo para descanso nos termos determinados pela Chefia Imediata ou obedecerá à proporção de uma jornada de trabalho para cada três de descanso, considerando-se um plantão de 24 (vinte e quatro) horas trabalhadas por 72 (setenta e duas) horas de descanso ou 12 (doze) horas trabalhadas por 36 (trinta e seis) horas de descanso, dependendo da necessidade do serviço, respeitando o regime de trabalho estabelecido em Lei.

§ 2º A escala de revezamento de que trata o caput deste artigo, para os servidores que laboram sob regime de trabalho de trinta horas semanais será de seis horas diárias efetivamente laboradas ou obedecerá à proporção de uma jornada de trabalho para cada cinco de descanso, considerando-se um 12 (doze) horas trabalhadas por 60 (sessenta) horas de descanso, dependendo da necessidade do serviço, respeitando o regime de trabalho estabelecido em lei.

§ 3º Os plantões iniciam-se e encerram-se no horário estipulado pela Diretoria a que estiver subordinado o servidor, considerando a necessidade do serviço.

§ 4º O regime de plantão implica a permanência ininterrupta do servidor no local da execução das atividades, durante o tempo integral do plantão.

§ 5º A Diretoria Administrativo – Financeira desta Autarquia instituirá os procedimentos e controles para que a carga horária mensal estabelecida em lei seja cumprida.

§ 6º O exercício dos servidores sujeitos ao regime de plantão será designado em função das escalas estabelecidas na forma dos parágrafos 1º e 2º deste artigo.

§ 7º A Direção das unidades poderá, em situações excepcionais, remanejar seus servidores nas escalas de revezamento, mantendo-se a proporcionalidade mensal entre as horas trabalhadas e as horas de descanso.

Art. 3º Adotar-se-á folha de ponto específica contendo os dias efetivamente trabalhados. Parágrafo único. Compete à chefia imediata do servidor que trabalha em regime de plantão, na forma prevista nesta Instrução, manter o

efetivo controle sobre as escalas de revezamento realizadas, bem como atestar as folhas de ponto respectivas.

Art. 4º Para o cumprimento do regime de trabalho a que estiver submetido o Servidor, as Direções das unidades adotarão procedimentos e controles para que a carga horária mensal não ultrapasse e nem seja menor que a exigida em lei.

Art. 5º Em nenhuma hipótese o servidor poderá ser escalado para dois plantões consecutivos.

Art. 6º Será permitida a troca de plantões desde que os interessados requeiram à Direção da unidade, em um único formulário, com a devida justificativa, conforme regulamentação normativa a ser expedida por cada Direção, observado o artigo anterior.

Art. 7º O benefício auxílio-transporte ou a indenização de transporte serão concedidos na proporção dos dias de plantão trabalhados.

Art. 8º Aos servidores alcançados por esta Instrução, trabalhando no regime de escala estabelecido no artigo 1º, é permitido o gozo do abono de ponto previsto no art. 151 da Lei Complementar 840/2011, da seguinte forma: I – Escala de revezamento 24 x 72 horas: dois plantões de 24 horas por ano; II – Escala de revezamento 12 x 36 horas: quatro plantões de 12 horas por ano; III – Escala de revezamento 12 x 60 horas: cinco plantões de 12 horas por ano.

Art. 9º Compete à Diretoria Administrativo - Financeira baixar os atos complementares necessários ao exercício pleno de suas competências e ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 10. A comunicação acerca das escalas, ordens serviço e demais atos poderá se dar, também, por via eletrônica na caixa postal eletrônica funcional ou a informada pelo servidor.

Art. 11. Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA

A partir de então, estabeleceu-se através de instrução a jornada de trabalho em sistema de revezamento para os servidores em exercício no DFTrans, em substituição à jornada anteriormente fixada e cumprida entre os horários de 08:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, nos termos do art. 1º, do Decreto nº 29.018, de 02/05/2008, pelos integrantes da Carreira de Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal, para o regime de quarenta horas semanais.

Não obstante a presença de todos os integrantes da Carreira de Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal – Área de Especialização Transportes nas dependências da Gerência de Fiscalização da Autarquia no final da tarde da última quarta-feira, dia 29 do mês passado (último dia útil do mês, anterior ao feriado, ponto facultativo, sábado e domingo), nenhuma orientação ou determinação foi passada pela chefia imediata ou por essa Diretoria Operacional em relação às escalas de trabalho dos Auditores Fiscais para a semana seguinte.



Nesse aspecto, a ordem contida no Memorando nº 090/GFI/DOF/DFTRANS, de 19/04/2013, de realização de atividades de diagnóstico de problemas no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF até que a Programação de Auditoria Fiscal para o trimestre de abril/junho fosse aprovada, permanece em vigor e não foi revogada até então.

Ocorre que, no dia 31 de maio do corrente ano alguns integrantes da Carreira de Auditoria Fiscal de Atividades Urbanas do Distrito Federal – Área de Especialização Transportes receberam em seus e-mails particulares, do e-mail gerenciadefiscalizacao@gmail.com, - também particular, já que não possui indicação da instituição de origem, não podendo ser considerado, portanto, institucional -, a seguinte mensagem:

Prezados(as) Senhores(as),

De ordem do Sr. Diretor Operacional encaminhamos anexa Escala de Trabalho para os servidores da carreira Auditoria fiscal que exercerão suas atividades na Rodoviária do Plano Piloto, em conformidade com a Instrução nº 120, de 27 de março de 2013.

Estão anexas também as Ordens de Serviço por nome individual.

Frederico Martins,
GFI (respondendo)

Enquanto alguns Auditores acessaram os anexos enviados através da mensagem, outros, com receio de tratar-se de difusão de vírus, não abriram as caixas nem puderam buscar orientação ou informação junto ao DFTrans - ou com os supostos emissores da mensagem e anexos -, por terem sido enviados em dia de ponto facultativo no GDF. Além do mais, o próprio texto contém impropriedades que não condizem com qualquer informação oficial, senão vejamos.

Inicialmente, a mensagem não faz menção a qualquer Programação de Auditoria Fiscal que teria originado as citadas ordens de serviço individualizadas, descumprindo própria determinação contida na Resolução nº 01/2013, da Diretoria Colegiada, alterada pela Resolução nº 02/2013.

Por exemplo, embora o texto estabeleça que as atividades sejam exercidas na Rodoviária do Plano Piloto, alguns anexos acessados preveem seu exercício em local diverso daquela localidade, contendo, assim, informações completamente contraditórias entre si.

Além disso, a mensagem faz menção à conformação com o estabelecido na Instrução nº 120, de 27 de março de 2013, cujo teor não foi possível acessar, já que o ato normativo em referência, ao que parece, não existe.

Por todas essas irregularidades e inconsistências detectadas, não se pode dar credibilidade ou autenticidade ao conteúdo de tal mensagem e de seus anexos, razão pela qual os Auditores Fiscais destinatários das supostas ordens de serviço estão comparecendo a este órgão gestor no início do expediente desta segunda-feira, dia 03/06/2013, para obtenção dos esclarecimentos necessários acerca do fato e receber, se for o caso, as ordens e escalas mencionadas, além das informações imprescindíveis ao seu cumprimento.

A frequência com que todos os integrantes da Carreira de Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal, Área de Especialização Transportes, vêm sendo submetidos às pressões decorrentes de várias ameaças sofridas pela edição de atos normativos internos, que disciplinam o exercício de suas atividades de modo a dar interpretação que convém às normas editadas em processo legislativo constitucional, bem como a falta de aprovação da Programação de Auditoria Fiscal elaborada por quem tem competência legal, que impede o exercício pleno de suas atribuições, além das surpreendentes convocações realizadas de forma intempestiva e inadequada, ou de escalas montadas sem observância às mínimas condições de segurança, colocando em sério risco a integridade física e dignidade dos agentes públicos, está lhes trazendo muita angústia e sofrimento, fazendo com que fiquem extremamente preocupados com as próximas atitudes de que poderão ser vítimas e das condições extremamente perigosas a que estão sendo submetidos, com escalas de trabalho em locais sem nenhuma infraestrutura ou condições de cumprimento das supostas ordens de serviço emitidas.

DO DIREITO

O artigo 1º da Resolução nº 01/2013, da Diretoria Colegiada do DFTrans, publicada no DODF de 18/03/2013, alterado pela Resolução nº 02/2013, da Diretoria Colegiada, publicada no DODF de 09/05/2013, assim dispõe:

Art. 1º As ações fiscais no âmbito da DFTRANS obedecerão à programação fiscal previamente elaborada e aprovada pelo Diretor Operacional.

§1º O desmembramento das operações programadas em ações fiscais individuais dar-se-á por ordem de serviço emitida pela Chefia Imediata a que

se vincular o auditor fiscal, pelo Gerente de Fiscalização ou pelo Diretor Operacional.

§ 2º. As ações fiscais desenvolvidas em desacordo com a programação fiscal a que se refere o caput e o parágrafo antecedente deste artigo, são nulas de pleno direito, sujeitando-se o servidor responsável às repercussões administrativas e judiciais. (Grifou-se).

Observa-se das disposições acima que a ordem de serviço deve ser emitida a partir da Programação de Auditoria Fiscal previamente aprovada pelo Diretor Operacional.

No dia 01/04/2013, foi recebido pelo Diretor Geral do DFTrans a Programação de Auditoria Fiscal, previamente elaborada pelo então Diretor Operacional, para aprovação ou alteração, nos termos do então vigente artigo 1º da Resolução nº 01/2013, da Diretoria Colegiada, conforme constante do Processo nº 0098-002.073/2013 – DFTrans.

Ocorre que, até a alteração da norma em evidência, após quarenta e cinco dias, não houve qualquer manifestação da Direção Geral de aprovação ou alteração da Programação de Auditoria Fiscal, o que impedia a emissão das ordens de serviço correspondentes.

A partir da alteração promovida pela Resolução nº 02/2013, da Diretoria Colegiada, a competência para aprovação da Programação de Auditoria Fiscal passou a ser dessa Diretoria Operacional, que, salvo engano, até então não se manifestou nos autos do processo em referência.

Cumprе ressaltar que a elaboração da Programação de Auditoria Fiscal é ato privativo dos integrantes da Carreira de Auditoria de Atividades Urbanas, nos termos do artigo 2º, IX, da Lei nº 2.706, de 27/04/2001, *verbis*:

Art. 2º Compete privativamente aos integrantes da Carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal, observada a respectiva área de especialização:

I – exercer plenamente o poder de polícia administrativa em todo o território do Distrito Federal;

II – acompanhar e defender o cumprimento dos atos de poder de polícia administrativa;

(...)

IX – supervisionar, planejar ou coordenar as ações de fiscalização: (Grifou-se).

Nesse aspecto, a Programação de Auditoria Fiscal constante do Processo nº 0098-002.073/2013 foi elaborada por integrantes da Carreira de Auditoria Fiscal de Atividades Urbanas, no exercício regular de competência legal, levando-se em consideração as demandas compiladas dos registros de solicitações apresentadas pelos usuários dos serviços de transporte público coletivo do Distrito Federal, pelos órgãos de fiscalização estatal, como Ministério Público, Tribunal de Contas do DF e Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF, dentre outros.

Assim, as ordens de serviço que deverão ser emitidas pela chefia imediata dos Auditores Fiscais, poderão ter por base a Programação de Auditoria Fiscal em referência, após sua aprovação por essa Diretoria Operacional.

Para edição das ordens de serviço deve-se levar em consideração o risco inerente às atividades desenvolvidas, sendo prudente e necessário que as ações de auditoria fiscal sejam executadas em conjunto, por grupos de no mínimo três Auditores Fiscais, considerando o local, horário e atividade que deverá ser executada.

Ainda, a fim de dar celeridade ao cumprimento das atividades desenvolvidas pela Auditoria Fiscal, bem como propiciar condições adequadas ao seu desempenho e à eficiência do serviço a ser executado, foram formados quatro grupos para atuação em áreas distintas no Distrito Federal - além da designação de atuação no combate ao transporte irregular em todo o Distrito Federal e na Gerência de Vistoria -, tendo-se definido como Núcleos de Auditoria Fiscal I, II, III e IV, com as respectivas áreas de atuação: NAF I - Asa Sul, Asa Norte, São Sebastião, Cruzeiro, Sudoeste, Guará I e II, Lago Sul e Lago Norte; NAF II - Taguatinga, Ceilândia, Brazlândia, Águas Claras e Vicente Pires; NAF III - Gama, Santa Maria, Recanto das Emas, Samambaia, Riacho Fundo e Park Way; NAF IV - Planaltina, Sobradinho I e II, Paranoá e Itapoã, respectivamente, levando-se em consideração o local de residência dos componentes dos grupos ou a proximidade de seu domicílio, o profundo conhecimento em relação à área de atuação e do funcionamento do transporte público da região. Posteriormente, os Núcleos de Auditoria Fiscal seriam divididos em cinco, de acordo com as bacias licitadas.

Para cumprimento dos itens indicados nas ordens de serviço, as quais deverão ser produzidas com a aprovação da Programação de Auditoria Fiscal, verifica-se a necessidade premente de estação de trabalho que possibilite acesso imediato ao sistema informatizado TDMax/SBA e SIT, em busca de informações que subsidiem as ações de auditoria e fiscalização e deem condições de verificação dos itens descritos, ou fornecimento, pela Gerência de Fiscalização, dos documentos necessários para o desempenho das atribuições especificadas.

A partir da emissão das ordens de serviço, poder-se-á concluir que a Programação de Auditoria Fiscal apresentada nos autos do Processo nº 0098-002.073/2013 – DFTrans foi aprovada por essa Diretoria Operacional, mesmo que de forma tácita, na medida em que não houve nenhuma manifestação contrária, dando-se origem à expedição das ordens de serviço individualizadas, nos termos da Resolução nº 01/2013, da Diretoria Colegiada, alterada pela Resolução nº 02/2013.

Já em relação às supostas escalas encaminhadas, para serem cumpridas individualmente, nos horários de 06:00 às 15:00 horas (com intervalo de uma hora) e de 14:00 às 23:00 horas (com intervalo de uma hora) nos dias indicados, inclusive sábados, domingos e feriados, nos terminais das Regiões Administrativas, convém esclarecer o que se segue.

Os Núcleos de Auditoria Fiscal, ao que parece situação também adotada nas supostas ordens de serviço, abrangem quatro áreas, assim definidas: NAF I, que possui terminais nas regiões da Rodoviária do Plano Piloto, São Sebastião, Asa Norte, Asa Sul, 616 Sul, Cruzeiro, Guarã I e Guarã II; NAF II, com terminais no Setor O, QNR, Brazlândia, Sol Nascente, P Sul, P Norte, M Norte, Taguatinga Norte e Taguatinga Sul; NAF III, com terminais no Gama, Santa Maria, Riacho Fundo, Samambaia, Recanto das Emas, Núcleo Bandeirante, Candangolândia e Park Way; e NAF IV, com terminais em Planaltina, Sobradinho, Sobradinho II, Paranoá e Itapoã.

Ocorre que vários terminais acima especificados não possuem quaisquer condições estruturais ou funcionais que possibilitem aos agentes auditores fiscais do Estado permanecer naqueles terminais por nove horas diárias, sozinhos, e nos horários indicados que se iniciam às 06:00 e vão até às 23:00 horas, sem nenhuma infraestrutura para acomodá-los e sem oferecer as mínimas condições de segurança necessárias ao desempenho de suas atribuições. Por certo que se essa Diretoria Operacional conhecesse realmente os locais indicados nas supostas escalas, se absteria de designar qualquer servidor público para desempenho de suas atribuições nesses locais que não possuem em suas dependências salas com mesas, cadeiras e infraestrutura suficientes para o cumprimento do contido nas ordens de serviço, muito menos em locais que não ofereçam condições mínimas de segurança ao servidor; caso contrário estaria, deliberadamente, colocando em risco a saúde e vida do servidor escalado para tais locais.

O conhecimento e experiência que essa Diretoria Operacional tem em relação à falta de segurança em determinados locais, já que atuou na área de segurança pública, devem servir de base para a produção das escalas de trabalho, indicando para atuar, em mesmo horário e local, grupo de no mínimo três Auditores Fiscais, diminuindo, com

isso, a possibilidade de ofensa à integridade física dos servidores públicos. No caso de escalção para atuação de único servidor em área de risco e em horário noturno, por exemplo, por certo vai colocar em situação de grande perigo, com sérios riscos à saúde e à vida, cada integrante da Carreira Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal.

Em face disso, os servidores escalados para trabalhar em terminais que não dispõem de mínima estrutura física e funcional para o desempenho das atividades indicadas nas ordens de serviço, terão de deslocar-se para os terminais mais próximos para complementação de seus trabalhos, devendo incluir em sua rotina de trabalho os deslocamentos que deverão realizar, a fim de dar cumprimento pleno às suas atribuições, bem como elaborar relatórios, a partir do início de suas atividades, apontando as deficiências encontradas e os impedimentos para a permanência no local, até que seja disponibilizada infraestrutura adequada para as ações de auditoria fiscal.

Assim, aqueles que estiverem escalados para os terminais de São Sebastião e Asa Norte deverão se deslocar até o terminal da Rodoviária do Plano Piloto; os escalados para os terminais da 616 Sul e Cruzeiro para o terminal da Asa Sul; os escalados para os terminais da QNR, Brazlândia, Sol Nascente, P Sul e P Norte para o terminal do Setor O; os escalados para o terminal de Santa Maria para o terminal do Gama; os escalados para os terminais de Samambaia e Recanto das Emas para o terminal do Riacho Fundo; os escalados para os terminais da Candangolândia e Park Way para o terminal do Núcleo Bandeirante; os escalados para o terminal de Sobradinho II para o terminal de Sobradinho; e os escalados para o terminal de Itapoã para o terminal de Paranoá.

Convém ressaltar que os deslocamentos serão uma atividade a mais a ser desenvolvida pelos Auditores Fiscais escalados para os locais que não oferecem o mínimo de estrutura para o exercício pleno de suas atribuições, sendo que os servidores irão realizar atividades tanto no terminal que estiverem escalados, quanto no terminal de apoio.

Cabe mencionar também que nos terminais que possuem salas à disposição do DFTrans, devem ser montadas estações de trabalho para as atividades relacionadas à auditoria e fiscalização, com mesas, cadeiras, computadores, impressoras, material de expediente, acesso à internet, telefone, água potável e limpeza periódica. Os terminais que dispõem de espaço próprio deste órgão gestor são os da Rodoviária do Plano Piloto, Asa Sul, Guarã I e Guarã II (NAF I), Setor O, M Norte, Taguatinga Norte e Taguatinga Sul (NAF II), Gama, Riacho Fundo e Núcleo Bandeirante (NAF III), Planaltina, Sobradinho e Paranoá (NAF IV).

Nesse caso, até que sejam emitidas ordens de serviço condizentes com a estrutura existente, tendo-se como prioridade a garantia do desempenho pleno das atribuições pelos integrantes da Carreira de Auditoria Fiscal de Atividades Urbanas do Distrito Federal em condições seguras e ideais, os mencionados servidores exercerão suas atividades em grupo de pelo menos três Auditores, em jornada de oito horas diárias, compreendida entre 08:00 e 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, ficando instalados nas salas que se encontram à disposição do DFTrans nos terminais mais próximos do local onde foram escalados, realizando rondas periódicas nos terminais para os quais foram escalados e voltando às salas existentes nos terminais de apoio para os registros e consultas necessárias à conclusão de sua atividade. Tudo isso se faz com intuito exclusivo de não haver mais prejuízos ao exercício das atividades de auditoria fiscal causados pela omissão dos dirigentes desse órgão gestor.

Para tanto, fazem-se necessárias providências dessa Diretoria Operacional no sentido de disponibilizar aos Auditores Fiscais cópias das chaves das salas nos terminais, de acordo com sua escala e da relação apresentada por esta Associação dos terminais de apoio, dotando-as de estrutura suficiente para o desempenho das atividades de auditoria e fiscalização, na forma anteriormente mencionada, até que seja providenciada infraestrutura adequada em todos os terminais.

No desempenho das atribuições do cargo, os integrantes da Carreira de Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal, Área de Especialização Transportes, terão como balizadores de suas atividades o disposto na Lei nº 2.706, de 27/04/2001, especialmente o contido nos artigos 2º e 6º, a Lei nº 3.106, de 30/12/2002, bem como o previsto no inciso XXIII, do artigo 19, da Lei Orgânica do Distrito Federal, *verbis*:

Art. 19. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Distrito Federal, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, motivação e interesse público, e também ao seguinte:

(...)

XXIII – nos integrantes da carreira Fiscalização e Inspeção é garantida a independência funcional no exercício de suas atribuições, exigido nível superior de escolaridade para ingresso na carreira. (Grifou-se).

Considerando a necessidade de garantir-se um serviço adequado aos usuários do transporte público coletivo do Distrito Federal, na forma prevista nos artigos 335, *caput* e § 1º, 336, IV, 341 e 342 da LODF, as atividades desenvolvidas pelos integrantes da Carreira de Auditoria de Atividades Urbanas do DF devem ser direcionadas ao cumprimento dos termos fixados em lei, não podendo deles se afastar sem a devida

motivação. Por tais razões as competências são fixadas em lei e não podem sofrer restrições, senão por meio dela.

De outro lado, a partir do momento que seja possível o pleno desenvolvimento da atividade de auditoria e fiscalização de acordo com as competências definidas em lei, o estabelecimento de horário fora do expediente comercial deve se dar através da lei que criou a carreira, e, sendo omissa, haverá de ser fixado por lei ou regulamento, ouvindo-se, obviamente a entidade de classe representativa da categoria.

Assim encontra-se estabelecido no Regime Jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, *verbis*:

Art. 55. Os cargos de provimento efetivo são organizados em carreira, criada por lei, que deve fixar:

- I – a denominação, o quantitativo e as atribuições dos cargos;
- II – os requisitos para investidura no cargo e desenvolvimento na carreira;
- III – a estrutura da carreira com a fixação dos vencimentos ou do subsídio;
- IV – os critérios de capacitação;
- V – o regime e a jornada de trabalho.

Parágrafo único. As alterações de requisitos para provimento de cargo público de carreira aplicam-se, exclusivamente, àqueles servidores cujo ingresso se der após elas terem sido publicadas.

(...)

Art. 57. Salvo disposição legal em contrário, o servidor efetivo fica sujeito ao regime de trabalho de trinta horas semanais.

§ 1º No interesse da administração pública e mediante anuência do servidor, o regime de trabalho pode ser ampliado para quarenta horas semanais, observada a proporcionalidade salarial.

§ 2º É vedado aplicar ao regime de trabalho interpretação por analogia, extensão ou semelhança de atribuições.

§ 3º A jornada de trabalho em sistema de escala de revezamento deve ser definida em lei ou regulamento, observando o registro em folha de ponto do horário de entrada e de saída. (Grifou-se).

A Lei Orgânica do Distrito Federal, sobre a matéria, assim prevê:

Art. 33. O Distrito Federal instituirá regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, autarquias e fundações públicas, nos termos do art. 39 da Constituição Federal.

§ 1º No exercício da competência estabelecida no caput, serão ouvidas as entidades representativas dos servidores públicos por ela abrangidos.

(...)

Art. 35. São direitos dos servidores públicos, sujeitos ao regime jurídico único, além dos assegurados no § 2º do art. 39 da Constituição Federal, os seguintes:

(...)

VII – participação na elaboração e alteração dos planos de carreira;

(...)

Art. 37. Às entidades representativas dos servidores públicos do Distrito Federal cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, observado o disposto no art. 8º da Constituição Federal. (Grifou-se).

Pode-se concluir, portanto, que qualquer elaboração ou alteração dos planos de carreira, que inclui, obviamente, a jornada de trabalho dos servidores por ela abrangidos, só poderá ser implantada após edição de lei ou regulamento nesse sentido, com prévia oitiva das entidades representativas dos servidores, a fim, inclusive, de evitar situações como as relatadas neste Requerimento, que colocam em risco a integridade física e dignidade dos integrantes da Carreira de Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal.

Por isso mesmo e em face das peculiaridades do serviço a ser executado, acredita-se que seja prudente e necessário o auxílio dos membros do Sindicato na elaboração das ordens de serviço e escalas, os quais são integrantes da Especialidade com mais de vinte anos de serviço prestado na área de Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal.

DO PEDIDO

- a) Seja cumprido o compromisso assumido perante os integrantes da Carreira de Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal – Área de Especialização Transportes, o Sindicato dos Servidores Integrantes da Carreira de Fiscalização do Distrito Federal – SINDAFIS, esta Associação e a Gerência de Fiscalização respondendo, da participação de dois representantes do Sindicato no planejamento das ações de auditoria fiscal, na elaboração das ordens de serviço e escalas de trabalho, conforme previsão legal (Lei nº 2.706/2002, Lei nº 4.150/2008 e Portaria SEFAU nº 50, de 04/02/2002, publicada no DODF nº 234, de 05/12/2002, págs. 13 e 14);
- b) Considerando a conclusão de que a Programação de Auditoria Fiscal apresentada nos autos do Processo nº 0098-002.073/2013 – DFTrans foi aprovada por essa Diretoria Operacional, mesmo que de forma tácita, na medida em que não houve nenhuma manifestação contrária, dando-se origem à expedição das ordens de serviço individualizadas, nos termos da Resolução

nº 01/2013, da Diretoria Colegiada, alterada pela Resolução nº 02/2013, solicita-se a emissão oficial das ordens de serviço e escalas de trabalho correspondentes;

- c) Considerando o interesse no desenvolvimento das atividades de auditoria e fiscalização, apesar das ilegalidades e impropriedades mencionadas no processo de elaboração e emissão das ordens de serviço em questão, bem como a garantia do desempenho das atribuições em condições seguras e dignas, informa-se que servidores exercerão suas atividades de auditoria e fiscalização em grupos de pelo menos três Auditores, em jornada de oito horas diárias, compreendidas entre 08:00 e 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, ficando instalados nas salas que se encontram à disposição do DFTrans, nos terminais mais próximos do local onde foram escalados (conforme especificado nesta peça), realizando rondas periódicas nos terminais e regiões em que devem atuar, voltando às salas existentes nos terminais de apoio para os registros e consultas necessárias à conclusão de sua atividade e, para isso, requer-se cópias das chaves das salas disponibilizadas ao DFTrans nos terminais que dispõem do espaço reservado, após dotá-las de infraestrutura necessária ao cumprimento das atividades, com mesas, cadeiras, computadores, impressoras, material de expediente, acesso à internet, telefone e água potável, bem como a adoção das providências necessária a sua limpeza e manutenção periódica.

Brasília-DF, 03 de junho de 2013



Ricardo Leite de Assis
Presidente